

Ao Comitê Gestor da Internet no Brasil

CARTA DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Eu, Emmanuel Colombié, representante legal da Repórteres sem Fronteiras (RSF) Brasil, associação civil sem fins lucrativos, venho, por meio desta carta, expressar os motivos pelos quais a entidade que represento tem interesse em participar das eleições do CGI.br que serão realizadas neste ano de 2020. A entidade possui representatividade nacional e realiza atividades em estados de diversas regiões do Brasil, como o Rio de Janeiro, São Paulo, o Ceará e o Distrito Federal.

Em primeiro lugar, cumpre discorrer brevemente sobre a atuação institucional da Repórteres sem Fronteiras (RSF) Brasil em atividades relacionadas à internet.

Fundada em 1985, a RSF atua internacionalmente em defesa do pluralismo, da liberdade e da independência do jornalismo, inscrevendo suas ações no marco do Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, referente ao direito à liberdade de expressão. Dentro deste campo, a organização desenvolve uma série de atividades diretamente vinculada a efetivação dos direitos na rede, contribuindo com o debate sobre o impacto da desinformação na esfera pública e os desafios ligados à proteção de comunicadores no ambiente digital.

A Repórteres sem Fronteiras (RSF) Brasil produz relatórios e materiais informativos sobre segurança digital e graves violações contra jornalistas e meios de comunicação, como casos de censura direta e campanhas de assédio via redes sociais; organiza e participa de debates públicos em fóruns nacionais e internacionais sobre desinformação, transparência pública e direito à informação; realiza atividade de sensibilização como campanhas e oficinas de formação com jornalistas sobre violações de direitos na rede.

Entre outras ações da Repórteres sem Fronteiras (RSF) nesse campo especificamente no Brasil, vale mencionar a sua atuação como organização membro da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão no Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), e suas intervenções em audiências públicas e eventos realizados respectivamente pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (2019) e o Tribunal Superior Eleitoral (2018).

Diante do panorama resumido acima, acreditamos que nossa participação nas eleições do Comitê Gestor da Internet no Brasil é bastante relevante, em virtude de o mandato do comitê dialogar com nossa atuação programática, tendo a possibilidade de potencializar nossa atuação em tais âmbitos.

Desse modo, de acordo com o exposto, pedimos deferimento da nossa inscrição para o colégio eleitoral deste pleito.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2020.



Emmanuel Colombié